

UMA HISTÓRIA DO ENSINO DA MATEMÁTICA EM TEMPO DE CATEQUIZAÇÃO DOS INDÍGENAS PELOS JESUÍTAS NO AMAZONAS: 1549 A 1759

Tarcísio Luiz Leão e Souza¹

Resumo:

Este artigo é um ensaio que irá compor uma tese de Doutorado cujo título *Uma História da Matemática Escolar no Amazonas no Período do Império: 1851 – 1890*, ainda provisório e tem como objetivo escrever uma história da matemática escolar da Província do Amazonas a partir das reformas educacionais instituídas no período de 1851 a 1890. Por tratar-se de uma pesquisa de cunho histórico, será realizada uma busca nos arquivos públicos de Manaus, na Biblioteca Nacional e em outros acervos públicos e pessoais, para obtenção de informações sobre a legislação educacional amazonense da metade do século XIX. Nesse sentido me apoiarei nos teóricos historiografia como Marc Bloch, Jacques Le Goff, Michel de Certeau, Peter Burke, Wagner Valente entre outros.

Palavras-chave: História da Matemática, Jesuítas no Amazonas

Introdução

A proposta de pesquisa relatada neste artigo é parte do projeto de doutorado na UNIBAN, que nasceu a partir de algumas indagações ao concluir a dissertação de mestrado em Mato Grosso do Sul, como também, o interesse de completar a dimensão histórica da Educação Matemática Escolar no Amazonas no contexto geral da historiografia Amazonense e após as discussões e estudos realizados na disciplina de História da Matemática Escolar no Brasil. De acordo com as discussões realizadas em sala de aula a professora da disciplina me fez a proposta de contar também a história da Educação Matemática Escolar antes da elevação a categoria de Província o Estado do Amazonas. Neste sentido procurarei escrever uma História apoiado no movimento da Nova História² de um grupo Francês denominado “Escola dos *Annales*” formado por Lucien Febvre, Marc Bloch, Fernand Braudel, Jacques Le Goff e Emmanuel Le Roy Ladurie. Quanto ao lugar ser pesquisado tem a ver com a minha prática e experiência vivida no Estado do Amazonas. Conforme Michel de Certeau:

Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural. ... É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam (CERTEAU, 1982, p. 65).

¹Professor de Matemática do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas – Campus São Gabriel da Cachoeira – AM, aluno do Programa de Doutorado em Educação Matemática da UNIBAM – ANHANGUERA,

tarcisioleao3@hotmail.com

²A expressão foi popularizada pelo livro *La nouvelle histoire* (1978), editado por Jacques le Goff e outros, mas já havia sido reivindicada, anteriormente, para os *Annales*. Braudel havia falado de uma História Nova em sua aula inaugural no Collège de France (1950). Febvre, por outro lado, usara frases como “uma outra história” para descrever o que o grupo dos *Annales* tentava fazer.

Dessa forma, a história que escreverei deverá estabelecer uma articulação do lugar (Amazonas) com o mundo, sua importância no cenário social, econômico, político e cultural. Por isso o caminho historiográfico que será percorrido se dará de acordo com os documentos encontrados em função dos questionamentos feitos e da revisão bibliográfica.

Da decadência da Igreja Católica ao surgimento de uma nova era

No decorrer de mil anos da Idade Média, aproximadamente entre século V e o século XV, a Igreja Católica, foi a organização, que atendia os interesses cristãos, mais poderosa do mundo. A Igreja católica, nessa época, possuía um conjunto de regras, numa relação de subordinação, bastante rígida e centralizada. Era possuidora da maioria das terras na Europa e tinha em seu poder muita riqueza. Além do mais, a Igreja mantinha sob seus cuidados a educação e a cultura (BLOCH, 1994). Mas, apesar de desempenhar uma relevante ação social, que implicava a atenção especial aos pobres, órfãos e doentes, não conseguia dar respostas aos problemas internos que corroía seus princípios.

Esta organização estava em pleno declínio, seus membros tinham amantes e filhos, vendiam relíquias falsificadas e trocavam o perdão dos pecados por pagamento em dinheiro. Alguns pensadores humanistas como Max Weber, DUBY, Voltaire entre outros apontavam indícios, de interpretações equivocadas cometidas pela Igreja durante o século XV, sobre os ensinamentos cristãos e criticavam a degeneração moral reinante em sua alta hierarquia. A reforma protestante aconteceu a partir do século XVI e gerou uma dilaceração na Igreja católica romana, dando origem às igrejas protestantes.

Porém, neste momento o mundo passava por transformações que iniciariam uma nova era segundo Franco Júnior (2001). O desenvolvimento do comércio e da burguesia que não encontrava na Igreja católica o apoio necessário que aprovasse o acúmulo de riqueza, a liberdade em criar seus próprios negócios e a obtenção de lucros. A formação dos Estados Nacionais, pois muitos reis concordavam com a reforma protestante para não ter a interferência da igreja nos negócios dos reinos. O movimento renascentista que defendia um processo de renovação cultural, artístico e intelectual que também pode ser considerado com uma espécie de ruptura com a cultura medieval, tinha como tema principal Deus e os valores da religião cristã. E por fim a crise na Igreja católica que devido seu apego aos bens materiais, recorria a práticas abusivas, como o comércio de objetos religiosos falsificados ou não, denominado por “simonia”, a venda de cargos eclesiásticos

e por fim a venda de perdão dos pecados sob pagamento em espécie, as “indulgências” (WEBER, 2009).

Deste movimento que estava em oposição a prática abusiva da Igreja católica destaco três: a proposta de reforma de Martinho Lutero na Alemanha, a de João Calvino na França e a reforma Inglesa.

A Reforma de Martinho Lutero, um monge alemão influenciado pela obra de Santo Agostinho, elaborou em 1517 um conjunto de dogma e principio que fundamentava sua ideologia religiosa. Apresentou ao público, 95 teses manifestando criticamente a venda de indulgência, rejeitando a hierarquia religiosa, o celibato e o uso do latim nos cultos. Conservou apenas dois sacramentos: o batismo e a eucaristia não considerando a consubstanciação mantendo apenas como um rito simbólico.

A Reforma de João Calvino, teólogo francês pregava a teoria da predestinação onde Deus determinava e conduzia seus eleitos à vida eterna, Calvino tinha a convicção que o eleito de Deus poderia ser identificado pelo sucesso material que alcançasse em vida, resultado de muito trabalho e vida regrada. Essa concepção ideológica defendida por Calvino tinha algumas semelhanças dos ideais burgueses, pois nesse momento acontecia a transição da Idade Media para idade Moderna, o inicio do capitalismo em que Calvino defendia o empréstimo a juros, proposta condenada por católicos e luteranos. Os calvinistas na França eram conhecidos como huguenotes, na Inglaterra como puritanos e na Escócia como presbiterianos.

A outra reforma se deu mais pela divergência entre o Papa e o rei Henrique VIII que desejava divorciar de Catarina de Aragão e este não autorizou. Nesse sentido o monarca determinou o fim definitivo dos mosteiros e o confisco de seus bens. Henrique VIII foi reconhecido como chefe da Igreja Anglicana através de uma votação no parlamento inglês que adotou os princípios calvinistas com alguns elementos do catolicismo.

Segundo George Novak (1988), todo avanço histórico se produz por um crescimento mais rápido ou mais lento das forças produtivas neste ou naquele segmento da sociedade, devido às diferenças nas condições naturais e nas conexões históricas conforme a “Lei do Desenvolvimento Desigual e Combinado” de Trotsky (1989). O avanço que a burguesia adquiria nessa época não correspondia com o poder de governo, e as forças produtivas tinham um crescimento muito lento, o feudalismo não dava condições ao burguês, uma mudança significativa e a desigualdade entre essas duas classes mais antagônica na Idade Média, a nobreza e burguesia, era imensa. Por isso a Igreja necessitava de uma contra ofensiva para manter sua hegemonia sobre os cristãos, precisava de

uma nova ordem religiosa que pudesse fazer essa articulação com o novo modelo econômico que estava se organizando. Daí o surgimento desta nova ordem religiosa servia muito bem para instituir uma contra-reforma, de forma bastante dura segundo Paulo Assunção (2007).

Do surgimento da Companhia de Jesus e sua inserção na educação

No início a Companhia de Jesus surgiu de um ideário de converter os gentios e os infiéis, os gentios aqueles que praticavam religiões não monoteístas e os infiéis eram exclusivamente os muçulmanos, portanto o primeiro projeto dos jesuítas era converter os turco-otomanos que dominavam a região que hoje é chamada de Turquia e uma boa parte do mediterrâneo oriental, onde está situada a Bulgária, a Grécia e a Albânia. Em 15 de agosto de 1534 Inácio de Loyola, um estudante da Universidade de Paris juntamente com Francisco Xavier, Nicolau de Bobadilla, Diogo Laynez, Afonso Salmeron e Pedro Fabro fizeram voto de pobreza, de castidade e de dedicação à causa da Igreja Católica. Colocando-se a serviço do Papa para combater o avanço dos insurgentes internos a igreja católica como também da nova classe que surgia nas cidades comerciais próximo aos muros dos castelos (PEDRO, 2008).

Em 1536, portanto, é fundada a Companhia de Jesus cuja intenção inicial era: defender o Papa reconverter os cristãos, particularmente os Luteranos, Calvinistas e Anglicanos, e por fim evangelizar os chamados “povos bárbaros” que habitavam outros continentes (África e América).

Inácio de Loyola foi aluno do colégio de Santa Bárbara de Paris e da Universidade de Paris, onde conheceu Francisco Xavier, o padre Simão Rodrigues os primeiros membros da Companhia de Jesus, juntamente com Pedro Fabro, Afonso Salmeron, Diogo Laynez e Nicolau de Borbadilla fundaram a Companhia de Jesus em 1536 com os objetivos já citado acima. Portanto, foi nesse colégio que eles se conheceram, elaboraram e desenvolveram seu projeto de converter os gentios e os infiéis (PEDRO, 2008).

Em 27 de Setembro de 1540, o Papa Paulo III, pela Bula “*Regimini Militantis Ecclesiae*”, reconhece a formação da nova Ordem e também atribuíram o nome de Companhia de Jesus, então contando apenas com 10 membros (PEDRO, 2008). A Companhia de Jesus passou a ter existência com o objetivo missionário de difundir a fé cristã, não estando então mencionado antecipadamente em qualquer lugar que fosse uma ordem religiosa especialmente consagrada ao ensino.

Porém, o projeto inicial fracassou, não funcionou como queriam, pois a primeira tentativa de entrar no império Otomano, para desenvolver a missão planejada, esperaram vários meses em Veneza e chegaram a conclusão prática de que era impossível de entrar nos domínios muçulmano, pois até hoje os maometanos que mudam de religião foram punidos com a pena de morte por que se trata de renegar a fé original, assim sendo os Jesuítas regressam a Roma e começaram a refletir para onde canalizar o seu projeto de redenção da humanidade (PEDRO, 2008).

Com a falência do projeto inicial, surge depois a proposta da educação pelo fato de seus membros serem detentores de um elevadíssimo nível intelectual que se distinguia das demais ordens religiosas existentes. Apesar de não ser essa a vontade de Inácio de Loyola, segundo Lívia Carvalho Pedro (2008) foi dessa forma que a Companhia de Jesus envolveu-se com o ensino, combinado também com a pressão das elites católicas Italianas, Espanhola, Portuguesas e Francesas que fizeram com que a Companhia de Jesus aceitasse a muito custo dedicassem ao ensino. É devido a esse nível intelectual que os membros da Companhia de Jesus possuíam que, as elites, a nobreza e a burguesia desses países movimentaram-se no sentido da criação de colégio em seus países.

Como Inácio de Loiola e os outros fundadores da Companhia de Jesus tinham cursado a Universidade da Paris, preocuparam-se em abrir “Casas” ou “Residências” ao lado da Universidade aonde se iam formar os novos membros da Companhia de Jesus de acordo com Lívia Carvalho Pedro (2008). Dessa forma, ocorreu em Paris em 1540, e de modo posterior aconteceu em Coimbra, Lovaina e Pádua. Somente mais tarde é que essas ditas “Residências” se transformaram em “Colégio” designado com lugar de estudo conforme Jorge Couto (2000).

Assim, por iniciativa de particulares foram organizados os colégios e depois chamavam os Jesuítas, que dentre as ordens católicas, era a que mais se aproximavam do ponto de vista da preparação intelectual, da austeridade moral, dos interesses dos cristãos que combatiam a reforma cristã liderada pelos Luteranos Calvinistas e Anglicanos que se opunha aos costumes que vigoravam em Roma no papado de Alexandre Bórgia VI.

Foi assim, segundo Jorge Couto (2000) que a Companhia de Jesus redirecionou seu projeto de redenção da humanidade através da educação. Devido a experiência de seus membros na Universidade de Paris trouxeram consigo a concepção do *modus parisiensis* que eram regras pedagógicas do ensino parisiense do início do século XVI, suas características e personalidades eram única e original. Apresentava maior coerência, ri-

gor e eficácia valorizando a ordem, a rapidez e a disciplina da aprendizagem. O traço marcante do *modus parisiensis* é definido por quatro pontos fundamentais: a organização dos alunos em classes, uma atividade constante dos alunos através de exercícios escolares, um regime de incentivos ao trabalho escolar, e a união da piedade e dos bons costumes com as letras (FRANCA, 1952).

Nesse sentido, os membros da Companhia de Jesus, de acordo com Padre Leonel Franca S.J (1952), desdobraram esforços na elaboração de um Plano de Estudos “*Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Jesu*”³ comumente conhecido como “*Ratio Studiorum*”⁴ um conjunto de 467 regras, resultado de uma longa discussão democrática entre seus membros, tentava acompanhar o movimento de mudanças acontecidas no final do século XVI e a conservação dos costumes religiosos. Historicamente até hoje esse Código de ensino dos jesuítas desempenha um papel cuja importância não podemos deixar de conhecer ou menosprezar a sua existência e influencia em nossa prática de ensino.

Esse conjunto constituído de 467 regras descrevia uma espécie de prescrição, prática e minuciosa orientação sobre a prática pedagógica que uma escola jesuítica deveria seguir e tratava sobre:

Férias, feriados, formação dos professores, relação com os pais de alunos, compêndios e manuais de ensino a utilizar, sistema de admissão de alunos (externos e internos), metodologia de trabalho com alunos (repetições, disputas, desafios, declamações, sabatinas), plano de estudo (humanidades, filosofia, história, ciências físicas e matemáticas), orientações pedagógicas (memorização, exercício, emulação), regime de avaliação (exames escritos e orais), regras administrativas e disciplinares, prêmios castigos e teatro (FRANCA, 1952).

O plano de estudo dos jesuítas estava organizado em três currículos. O primeiro Currículo era o Teológico, cursado em quatro anos constituído por: Teologia escolástica em quatro anos ministrada por dois professores com quatro horas por semana cada, Teologia moral em dois anos ministrado por dois professores com aulas diárias ou um professor com duas horas por dia, Sagrada Escritura em dois anos ministrada diariamente e Hebreu em um ano com duas horas por semana. Ocorreu uma reforma em 1832 que acrescentou duas disciplinas que era estudada ocasionalmente no século XVI, Direito Canônico e a História Eclesiástica.

O segundo Currículo era o Filosófico cursado em três anos em que no primeiro ano ministravam-se as disciplinas de Lógica e Introdução às Ciências ministrada por um professor em duas horas por dia, segundo ano constituía-se pelas disciplinas de Cosmologia, Psicologia e Física em duas horas por dia e a **Matemática com uma hora por**

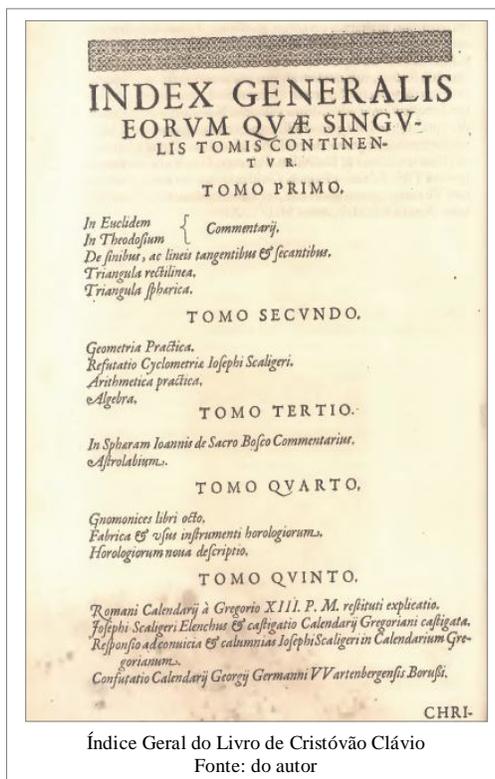
³ Tradução do autor: Estudos do sistema e a formação da Companhia de Jesus

⁴ Tradução do autor: Estudos dos Sistemas

dia, no terceiro anos era formado pelas disciplinas de Psicologia, Metafísica, Filosofia Moral ministrada por dois professores em duas horas por dia.

O terceiro Currículo era o Humanista concluído em seis a sete anos, esse currículo, corresponde ao moderno curso secundário, essa proposta dos jesuítas era constituída de cinco classes, a primeira era a classe de Retórica, a segunda era a classe de Humanidades, a terceira era a classe de Gramática Superior, a quarta classe era de Gramática Média e a quinta classe era de Gramática Inferior.

Como os jesuítas se apropriam do *modus parisiensis*, que apresentava maior coerência, rigor e eficácia valorizando a ordem, a rapidez e a disciplina da aprendizagem, entendo que a Matemática encontra neste modo de ensino, um campo bastante fértil para se produzir discípulo com elevado nível intelectual com essas características do *modus parisiensis*, coerente, rigoroso, eficaz e valorizando a disciplina. Dessa forma há registro na Biblioteca Nacional de Portugal da obra de um sábio e matemático jesuíta alemão chamado Cristóvão Clávio, nascido na cidade de Bamberg no estado da Baviera na Alemanha estudou no colégio dos jesuítas em Coimbra no período de 1556 a 1560,



Índice Geral do Livro de Cristóvão Clávio
Fonte: do autor

onde ficou entusiasmado com a fama do filósofo Pedro da Fonseca jesuíta da mais alta intelectualidade, considerado como o “Aristóteles Português”, porém apesar de não ter

sido discípulo de Pedro Nunes foi um dos que mais difundiu pela Europa suas obras (VENTURA, 1985).

Clavio tinha uma admiração fora do comum por esse matemático Português ao ponto de citá-lo em suas obras como “*summo ingenio*”, “*geometriae scientissimus*”, “*nullo hac nostra aetate in Mathematicis inferior*”. Escreveu sobre temas variados, como matemático redigiu uma versão latina dos Elementos de Euclides que serviu de base para todos os matemáticos da Renascença como Descartes e Leibniz. Porém, não nutria de uma unanimidade entre os matemáticos e físicos da época devido seu envolvimento na reforma do calendário gregoriano segundo Valência (1985).

Encontramos na Biblioteca digital Nacional de Portugal uma coleção de cinco volumes. No primeiro volume dedica-se a um comentário sobre Euclides e Teodósio, medidas lineares da tangente e secante, triângulo retilíneo e triângulo esférico. No segundo volume discorre sobre a geometria prática, refutação da ciclometria de Joseph Scaligere, aritmética prática e álgebra. No terceiro volume têm por assunto um comentário sobre a esfera de Jones Sacro Bosco e o astrolábio. No quarto volume versa sobre relógio de sol, fabricante de instrumentos utilizados em relógios e uma nova descrição do relógio. E no último volume tratava sobre as correções e explicações sobre o calendário Gregoriano e uma resposta das acusações de abuso de Joseph Scaliger no calendário gregoriano.

A chegada dos jesuítas no Brasil

No Brasil, a missão jesuítica inicia em 1549, na mesma época, acontece a discussão e a aprovação final em 1599 da “*Ratio Studiorum*”, quando aqui desembarcaram já com um esboço desse Plano de Estudo que orientava todas as ações de seus filiados na ordem. Os jesuítas mantiveram-se por 210 anos uma hegemonia educacional que pode ser mais bem estudada em três etapas segundo Marisa Bittar (2007), com algumas características comuns.

Conforme Bittar (2007) o período entre 1549 a 1556, que corresponde a primeira etapa, a prática pedagógica dos jesuítas é manifestada pela ação da catequese dos índios, crianças e mamelucos na Bahia e São Vicente, tendo como destaque nessa ação o padre Antônio Rodrigues (o Rijo) o primeiro mestre de “bê-á-bá”, Juan de Azpilcueta Navarro, o primeiro a esboçar a estrutura linguística do tupi e José de Anchieta, o primeiro a elaborar uma gramática na língua tupi. A segunda etapa que vai do período de 1556 a 1570, para Bittar (2007) há indício de que circulava por todas as províncias uma das

partes da *Ratio Studiorum* que tratava das doutrinas educativas. Essa etapa ficou caracterizada pelas discordâncias entre Manuel da Nóbrega e Luiz da Grã quanto às propriedades da terra, uso de escravos e da criação de gado, pois Nóbrega defendia que as escolas de “bê-á-bá” deveria também ter as mesmas propriedades que os colégios, enquanto Luiz da Grã defendia que deveria ser aplicado a nova orientação da *Ratio Studiorum*, essa disputa fez com que agilizassem a criação dos colégios. E a última etapa acontece entre 1570 a 1599, período em que as casas de “bê-á-bá” cedem lugar aos colégios, de acordo com Bittar (2007), de forma proporcional que os índios que moravam nas costas brasileiras eram eliminados pelo modo de raciocínio de ocupação das terras brasileiras, que tinha como base a monocultura, o latifúndio e o trabalho escravo. Nesse período, o Projeto Educacional dos jesuítas se confunde com o processo de colonização portuguesa, os jesuítas estavam a serviço do Estado Português.

As incursões jesuíticas na Amazônia

Havia por parte do Padre Vieira segundo Moraes (1860) um grande desejo de iniciar a conquista espiritual do famoso Rio das Amazonas, como era conhecido na época, cujas informações obtidas pelos jesuítas é que havia em suas margens inúmeras povoados indígenas, no qual não podiam demorar a evangelização em grande escala, na esperança de obter de seus soberanos honrosos cargos. Porém havia um impedimento natural que era o desconhecimento dessas terras, nesse sentido foram necessárias algumas expedições exploratórias para que os jesuítas tivessem segurança em suas investidas. Um dos exploradores do Rio das Amazonas foi matemático jesuíta Padre Samuel Fritz juntamente com astrônomo jesuíta Padre Ignácio Samartoni que tinham a missão calcular o comprimento do rio Amazonas e as Dominações portuguesas com instrumentos muito limitados para empreitada, os dois partiram de Quito até a Província do Pará na cidade de Belém.

Devido às dificuldades de locomoção na região, penso eu e também pelos relatos contidos no livro, História da Companhia de Jesus na extinta Província do Maranhão e Pará escrito pelo Padre jesuíta José de Moraes em 1860, os jesuítas tiveram que elaborar um plano de dominação dessas terras da mesma forma que os bandeirantes fizeram no sertão brasileiro na procura de riqueza, foram avançando paulatinamente com a ajuda de indígenas já “domesticados”.

De acordo com o portal oficial do Governo do Estado do Amazonas, as calhas de rios que os jesuítas atuaram foram o rio Amazonas/Solimões pelo fato da fama que este

tinha, rio Negro devido as informações de outras ordens que atuavam nessa calha como os Franciscanos, os Carmelitas e da ordem dos Mercês que falavam do rio Negro como “rio do ouro” e o rio Madeira pelas informações da ligação das bacias hidrográficas da Amazônia com a do Prata através de um afluente do rio Madeira. Nesse sentido, construir uma tabela abaixo, com as informações obtidas no portal oficial do Governo do Estado do Amazonas, que mostra essa atuação.

Município	Calha de rio	Comando
Alvarães	Rio Solimões	Jesuíta Samuel Fritz
Amaturá	Rio Solimões	Frei João Sampaio
Tabatinga	Rio Solimões	Jesuíta Samuel Fritz
Coari	Rio Solimões	Jesuíta Samuel Fritz
Fonte Boa	Rio Solimões	Jesuíta Samuel Fritz
Jutaí	Rio Solimões	Jesuíta Samuel Fritz
São Paulo de Olivença	Rio Solimões	Jesuíta Samuel Fritz
Tefé	Rio Solimões	Jesuíta Samuel Fritz
Uarini	Rio Solimões	Jesuíta Samuel Fritz
Borba	Rio Madeira	Frei João Sampaio
Humaitá	Rio Madeira	Sem informação
São Gabriel da Cachoeira	Rio Negro	Sem informação
Manaus	Rio Negro	Sem informação
Novo Airão	Rio Negro	Sem informação

Fonte: portal oficial do Governo do Estado do Amazonas

Elementos para uma possível conclusão

Portanto, há indício muito forte da atuação dos jesuítas nas calhas dos rios Amazonas, Solimões, Madeira e Negro de acordo com sua importância tanto na questão estratégica de ocupação e dominação portuguesa como também, de acordo com os relatos de exploradores como Pedro Teixeira (MORAES, 1860. p. 544) e relatos do padre Simão de Vasconcellos (1865) nesses rios havia o metal que Portugal mais buscava no Brasil que era o ouro, além da lenda do grande Eldorado que existia nesta região. Desta forma, as incursões feitas pelos jesuítas, traziam também consigo além da catequização o ensino regido pela *Ratio Studiorum*, a busca pelas drogas da Amazônia, pelo ouro, as pedras preciosas, a disputa pelo modo de evangelização com as outras ordens existente na região são elementos bastante forte para afirmarmos da existência de um rastro da educação jesuítica no Amazonas. Nesse sentido podemos procurar nos documentos produzidos pelos jesuítas, alguns elementos da educação matemática que vieram na sua bagagem de evangelização dos gentios Amazonenses.

Referência Bibliografia

- ASSUNÇÃO, Paulo. A terra dos Brasis: a natureza da América Portuguesa vista pelos primeiros jesuítas (1549-1596). São Paulo: Annablume, 2001.
- ASSUNÇÃO, Paulo. Revista Em Aberto, Brasília, v. 21, n. 78, p. 59-76, dez. 2007.
- BITTAR, Marisa e FERREIRA Jr, Amárico. Casas de bê-a-bá e colégios jesuítas no Brasil do século XVI. Revista Em Aberto, Brasília, v. 21, n. 78, p. 33-57. 2007.
- CERTEAU, Michel De. A Escrita da história; tradução de Maria de Lourdes Menezes – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CHAMBOULEYRON, Rafael. Os jesuítas e o ensino na Amazônia colonial. Revista Em Aberto, Brasília, v. 21, n. 78, p. 77-91. 2007.
- DUBY, Georges. As três ordens: ou o imaginário do Feudalismo. Lisboa. 2º edição. Editorial Estampa, 1994.
- FERNANDES, Rogério. O pensamento pedagógico em Portugal. Gráfica Maiadouro, Amadora – Portugal. 1992.
- FRANCA, Pe. Leonel. O método pedagógico dos jesuítas – O “Ratio Studiorum” Introdução e tradução. Rio de Janeiro: Livraria AGIR Editora, 1952.
- FRANCO JÚNIOR, Hilário. A Idade média: nascimento do ocidente. São Paulo: 2º Brasiliense, 2001.
- MORAES, Padre José. Historia da Companhia de Jesus na extinta Província do Maranhão e Pará. Typographia do Commercio de Brito & Braga. Rio de Janeiro, 1860.
- PEDRO, Lívia Carvalho. História da Companhia de Jesus: biografia de uma obra. Universidade Federal da Bahia – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Programa de Pós-Graduação em História – PPGH. 2008
- VASCONCELLOS, Simão de. Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil. Lisboa. Em casa do Editor A.J. Fernandes Lopes, 1865.
- VENTURA, Manuel Sousa. Vida e Obra de Pedro Nunes. Lisboa. 1ª edição. Livraria Bertrand, 1985
- WEBER, Max. A ética protestante e o espírito capitalista. 6. reimpressão. São Paulo: Martin Claret, 2009.